
AS IRMANDADES DE NEGROS DA PARAÍBA: UMA TEMÁTICA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO MULTICULTURALMENTE ORIENTADO

Cristiane Maria Nepomuceno

UEPB

crismarianepomuceno@hotmail.com

Carla Liege Rodrigues Pimenta

UEPB

carla_liege@yahoo.com.br

Na trajetória histórica de formação da sociedade brasileira histórico, até pouco tempo atrás não havia qualquer alusão a promoção de uma educação ancorada no reconhecimento de uma sociedade etnicamente multifacetada, socialmente estratificada e economicamente desigual, o que se refletiu na formatação de modelo de educação que sempre esteve a favor das classes hegemônicas. Confirmando a concepção de Bourdieu, que ver a escola como um espaço de reprodução das estruturas sociais, em que os membros das classes mais favorecidas tinham acesso a uma formação diferenciada que terminava por privilegiar e legitimar as desigualdades sociais; em contrapartida, os membros das classes menos favorecidas possuíam pouco ou quase nenhuma oportunidade de crescer no contexto escolar e social, pois estes espaços estão reservados para os mais privilegiados.

Partindo do pressuposto que a escola e o currículo não são neutros, no que se refere à formação de um ideal de homem que se adeque ao contexto social do qual ele faz parte, torna estes (escola e currículo) possuidores de um papel determinante na formação das identidades únicas (individuais) e na edificação de identidades culturais (coletivas). Moreira e Silva afirmam que o “(...) currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares” (2002, p. 8).

Não podemos deixar de mencionar que ambos não são apenas transmissores passivos de uma cultura, mas que participam efetivamente do processo cultural, cheios de significados, e com caráter identitário dos sujeitos.

No atual contexto histórico, escola e currículo se consubstanciam a partir de uma nova prerrogativa paradigmática, tendo como objetivo principal promover o diálogo entre as diferenças. Para tanto, “(...) é importante que consideremos a escola como espaço de cruzamento de culturas e saberes” (MOREIRA E CANDAU, 2008, p.35). Nesta perspectiva, a escola de hoje se propõe a ser um espaço de divulgação da história e da memória dos grupos étnicos e, por conseguinte, atuante no reforço e na manutenção da identidade dos mesmos.

A escola precisa, assim, acolher, criticar e colocar em contato diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas. A contemporaneidade requer culturas que se misturem e ressoem mutuamente, que convivam e se modifiquem (CANDAUI, 2008, p.35-36).

Quando em 09 de janeiro de 2003 foi editada a Lei 10.639/03 alterando a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da discussão da “História e Cultura Afro-Brasileira”. Estabelecia-se também a possibilidade de que os nossos educandos passassem a conhecer a sua história a partir de uma nova perspectiva: centrada no reconhecimento e na valorização do elemento africano na formação da sociedade brasileira.

A escola assume um novo compromisso: transmitir um conteúdo capaz de estabelecer e ampliar o diálogo entre os atores sociais. Tornar a escola um espaço que viabilize a oferta de um ensino estruturado em múltiplos conteúdos oriundos dos diversos grupos que compõem a nossa sociedade, edificando uma educação voltada para a construção da cidadania e da alteridade.

A educação não deve ser apenas uma reprodução, mas, principalmente, uma produção e uma adaptação dos conhecimentos e culturas. (...) Afirmar que a escola é polissêmica implica levar em conta que seu espaço, seus tempos, suas relações podem estar sendo dotadas de significados diferentes, tanto pelos alunos quanto pelos professores, dependendo da cultura e do projeto dos diversos grupos sociais nela existentes (MACHADO, 2002, p. 52-53).

Neste sentido, as práticas escolares devem constituir em um conjunto de ações e relações que se processam no cotidiano escolar a partir dos saberes e das práticas cotidianas. Para tanto, “(...) a desnaturalização da cultura escolar dominante nos sistemas de ensino se faz urgente e se articula à necessidade de se buscarem novos caminhos para incorporar positivamente a diversidade cultural no cotidiano escolar” (MACHADO, 2002, p. 53). Apenas assim teremos uma escola mais democrática, capaz de combater qualquer tipo de discriminação, preconceito e racismo, continua a nos dizer Cristina Machado concluindo seu raciocínio.

A proposta de uma escola ancorada numa proposta de currículo multiculturalmente orientado deve volta-se para a “(...) afirmação da diversidade como um traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, (...)” (PCNs – Vol. 10, 2001, p. 19).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – os PCNs – estabelecem princípios e diretrizes que orientam a educação escolar a partir de quatro pontos fundamentais: a “Dignidade da

pessoa humana”, a “Igualdade de direitos”, “Participação” e “Co-responsabilidade pela via”. Os parâmetros tem como proposta constituir uma educação escolar diretamente relacionada com o exercício da cidadania. Parte do reconhecimento que a nossa sociedade é constituída de distintos grupos e classes sociais, por sua vez “contraditória, plural e polissêmica”, assim para viver se viver de forma democrática numa sociedade com este perfil necessário se faz “respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem” (cf. PCNs – Vol. 8, 2001).

(...) O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural (PCNs – Vol. 8, 2001, p. 32).

Assim, cabe a escola e o currículo com seu papel político, cultural estabelecer uma discussão e a valorização das diversas manifestações que expressam a identidade dos grupos étnicos que conformaram a sociedade brasileira, a exemplo das manifestações religiosas de influência africana, tais como as alusivas aos santos católicos, que organizadas por negros (africanos e afrodescendentes) reunidos em grupos que chamados irmandades.

Em 17 de junho de 2004, a RESOLUÇÃO nº 1 instituiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (RESOLUÇÃO nº 1). Esta Resolução tinha por objetivo maior criar as condições necessárias (conteúdos, competências, materiais didático e programas de formação) para a efetiva edificação de uma educação centrada no “(...) reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias e asiáticas” (RESOLUÇÃO nº 1, cf. Artigo 2, § 2º).

AS IRMANDADES DOS NEGROS NA ESCOLA

As irmandades de negros, surgidas entre os séculos XVI e XVII no Brasil – dependendo da região – eram organizações de caráter religioso (a princípio) que tinham por objetivo reunir a grande massa de negros africanos e seus descendentes, tornaram-se uma das principais responsáveis pela organização das festas religiosas e, posteriormente, dos cortejos, de modo que contribuía para apregoar os elementos sagrados e as tradições da religiosidade africana e afro-brasileira. Estas irmandades de negros constituíram-se a partir da reunião das crenças africanas com as crenças cristãs. Eram organizações constituídas por grupos

relativamente coesos. Para Viana, “(...) As irmandades de pretos, pardos e crioulos constituíram, desde fins do século XVII, vetores de identidades criadas pelo tráfico, pela escravidão e pelos processos de alforria (...)” Ainda de acordo com Viana, as irmandades permitiam a instalação de uma rede de solidariedade, integração, estabilidade comunitária e o aumento das famílias (2007, p.182).

Algo interessante a ser pensado sobre a solidariedade preconizada pelos membros da irmandade era de que esta “é uma marca dos antepassados portugueses que vieram para a Colônia. Herdeiros do ideal de caridade, em que a ajuda ao pobre significava obter créditos numa economia de salvação, esses colonos reproduziram e atualizaram os mecanismos de ajuda, seguindo o modelo das organizações européias” (BORGES, 2005, p. 80). Portanto, não podemos esquecer que toda ação humana é intencional, os membros das irmandades almejavam uma negociação divina, no qual seriam reconhecidos não pelos homens da terra, mas por Deus do céu.

Solidarizar-se com estes é algo mais que prestar assistência a trinta ou cem, mantendo-os atados, contudo, à mesma posição de dependência. Solidarizar-se não é ter a consciência de que explora e “racionalizar” sua culpa paternalistamente. A solidariedade, exigindo de quem se solidariza que “assuma” a situação de com quem se solidarizou, é uma atitude radical (FREIRE, 2005, p. 39).

Uns dos principais objetivos destas associações eram de devoção aos santos, divulgação do catolicismo e como consequência a conversão ao cristianismo, assistência social aos membros das irmandades e seus familiares. Outro aspecto relevante das irmandades dos negros era a responsabilidade social de manter relações harmônicas entre os componentes da irmandade concomitantemente com seus senhores, permitindo o controle e manutenção do sistema escravista da época, isto é, Paulo Freire na citação acima confirma esta manutenção demonstrando uma falsa solidariedade, que visa apenas a dependência dos membros as Irmandades e que corroboram para a permanência do sistema de escravatura.

Os negros, crioulos procuravam saídas, criando outro universo, possibilitado pelas festividades (organizados pelas irmandades), estes reunidos poderiam esquecer apenas por uma brevidade de tempo os momentos difíceis que viviam. Um dos elementos importantes, era de que neste período festivo os membros das irmandades participavam de um processo ensino- aprendizagem e que o principais instrumentos neste processo era o diálogo e a observação, então nos é possível ver na festa os traços culturais de um povo, que através da festividade afirmavam e transmitem sua identidade cultural. “(...) A irmandade, o grupo de

dança, o conjunto de negros que são súditos de um rei, que muitas vezes ultrapassava os limites das diversas nações de origem dos escravos” (AYALA, 2001, p. 513).

Com o passar do tempo as práticas do catolicismo foram gradativamente sendo incorporadas as manifestações religiosas e festivas dos africanos. À medida que “junção” acontecia, alguns elementos foram conservados, outros subtraídos, mas de geral, “foram se associando outros elementos tais como padroeiros, entidades sobrenaturais, mais tarde substituídas pelos santos do hagiológico católico romano” (ARAÚJO, 2004, p.17). A esse processo aglutinador a Antropologia chamou de sincretismo¹ religioso. Contra a invalidação do termo sincretismo¹ Pierre Sanchis afirma:

Não se trata (...) de identificar o sincretismo como uma força de confusão ou mistura de 'naturezas' substantivas (no plano ideático, organizacional ou até mesmo sistêmico), já que a polivalência destas transformações e misturas concretas parece desencorajar até hoje a procura de um sistema de categorias logicamente coerente e totalmente abrangente. Mas de afirmar a universalidade de um processo, poliforme e causador em múltiplas e imprevisíveis dimensões, que consiste na percepção - ou na construção - coletiva de homologias de relações entre o universo próprio e o universo do 'outro' em contato conosco, percepção que contribui para desencadear transformações no universo próprio, sejam elas em direção ao reforço ou ao enfraquecimento dos paralelismos e/ou das semelhanças. Uma forma de constante redefinição da identidade social (apud BORGES, 2005, p.132).

Considerando o sincretismo como forma única de um grupo, que varia conforme o contexto histórico, observamos que esta união entre crenças, não descaracteriza nem um grupo em relação a outro, mas que reforça uma identidade social promovendo sua singularidade em relação aos demais, (...) por meio da qual é preservado um arcabouço cultural ao mesmo tempo em que se constrói outro, uma nova composição de símbolos e representações, a configuração de uma nova identidade” (TOMAZ, 2000, p. 24)

No que se refere a organização humana, os representantes das associações são: os Irmãos de Mesa, reis e rainhas, existem ainda os cargos estabelecidos pelos estatutos que foram: escrivão, tesoureiro e procurador. “Era previsto pela lei que o escrivão e tesoureiro fossem homens brancos” (BORGES, 2005, p. 81). Estas questões foram decididas sob a alegação de que os negros não poderiam gerir de maneira eficiente os recursos e realizar a contabilização destes, pois não sabiam nem ler e escrever. Algumas irmandades seguiram estes especificidades prescritas pela lei, em contrapartida na Irmandade de Santa Luzia, “(...) exigia pelo acesso fossem os cargos de juiz, escrivão, tesoureiro e procurador preenchidos por homens negros (BORGES, 2005, p. 81).

No âmbito financeiro as Irmandades, se mantinham com a arrecadação de recursos das seguintes formas: “1) através de “jóias” pagas pelos irmãos no ato de entrada e anuidades; 2) esmolas coletadas à porta de suas Igrejas e no arraial; 3) doações e arrecadação de esmolas nas festas; 4) acompanhamento de féretro; 5) doações deixadas em testamentos; 6) aluguel de imóveis” (BORGES, 2005, p.89).

Esta captação de recursos ocorria de maneira simplista, como através da inserção de um membro na Irmandade, que para participar da associação fraterna, deveria pagar uma taxa (obrigatória); as esmolas recebidas nas igrejas e nas comunidades, nas festas e doações aos santos; auxílio no cortejo fúnebre daqueles que não fossem integrantes da Irmandade; testamentos com doações destinadas diretamente as Irmandades devido a seus serviços prestados; aluguel de imóveis; bem como o controle de bens. “Essa arrecadação era destinada aos gastos com as festas, missas pelas almas dos irmãos defuntos, sepulturas e cortejos com cruz, guião, opas, esquife e velas” (MATTOS, 2008, p. 163). Sem falar que a Irmandade ajudava financeiramente para alforriar alguns integrantes, irmãos da irmandade.

Na administração destes bens e os recursos, aqueles que não seguissem as normas estabelecidas pelos estatutos estavam sujeitos a repreensões que até os levariam a expulsão da Irmandade.

Estas associações religiosas foram criadas em quase todo o território brasileiro. Mantinham relação direta com a Igreja, de modo que contribuíssem para apregoar os elementos sagrados e as tradições da religiosidade africana e afro-brasileira.

A igreja estava presente nas irmandades. Nada se fazia sem a sua anuência, como é possível verificar através dos estatutos, a exemplo do compromisso firmado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Povoação da Taquara (Bispado da Parahyba do Norte) em 1866: “A nomeação de Rei e Rainha dentre os irmãos pretos somente admitida desde os antigos tempos, será respeitada, e a *meza* a fará a seu *aprasimento*, e quando reconhecer conveniente”. Os estatutos eram elaborados pela Igreja, uma forma de manter sob o controle as irmandades através da elaboração das regras que orientavam as suas práticas, as quais deveriam ser cumpridos de modo incontestes.

Neste sentido, a organização curricular crítica e podemos considerar democrática promove o desvelamento da realidade, e possibilita dar voz aos silenciados que por muito tempo se mantiveram a margem da sociedade, um dos exemplos seria as manifestações culturais dos negros, suas festividades, maneiras específicas de ver e viver o mundo, “(...) promovermos processos educacionais nos quais identifiquemos e desconstruamos nossas

suposições, em geral implícitas, que não nos permitem uma aproximação aberta e empática à realidade dos outros (TAYLOR apud MOREIRA E CANDAU, 2008, p. 41).

No caso do estado da Paraíba, em suas diversas microrregiões, encontramos registros da presença de irmandades de negros – na sua maioria ligada a imagem de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Temática pouco conhecida e discutida no âmbito escolar, a irmandade de negros da Paraíba, pode e deve ser instrumento para discutir o patrimônio e a identidade negra no nosso estado. Esta temática, a partir da inserção de um currículo multiculturalmente orientado nas nossas escolas, pode viabilizar a edificação de uma sociedade composta por indivíduos cientes da sua origem ancorada numa formação étnica plural e, por conseguinte mais críticos em relação a No caso dos municípios de paraibanos de Santa Luzia, Pombal e Areia, a presença das práticas ligadas as associações de negros, que destacam-se pela sua importância, se adequam a uma proposta de currículo multiculturalmente orientado que levaria às nossas escolas a história, a memória e a identidade do povo negro paraibano.

A escola e o currículo devem possibilitar o diálogo entre estas diversas manifestações permitidas aos negros no período em que a crueldade imperava. Entendemos aqui currículo como as experiências, as vivências dos alunos, bem como a relação destas vivências no contexto histórico social a qual faz parte. Quando transmite-se visões deturpadas e por muitas vezes preconceituosas dos negros no Brasil, contribuem para que as novas gerações construam identidades preconceituosas identificando que o negro e suas expressões, sentimentos coletivos

(...) ainda hoje, permanecem, em grande medida, desconhecidos e ignorados por uma sociedade que, ao contrário do que nos diz o mito da democracia racial e cultural, encontra-se num lento processo de aprendizagem de convívio com as suas diferenças (TOMAZ, 2000, p. 23- 24).

Nesta perspectiva, o currículo colabora na análise crítica dos aspectos que atribuem para a memória de seu povo ou de um povo que contribuiu para a formação de nossa sociedade, valorizando seu percurso histórico, para como consequência entender a realidade e agir sobre ela com mais segurança porque os erros, as lutas travadas anteriormente poderão quem sabe ser combatidas através deste conhecimento multicultural. “O que estamos sugerindo é que se explorem e se confrontem perspectivas, enfoques e intenções, para que possam vir á tona propósitos, escolhas, disputas, relações de poder, repreensões, silenciamentos, exclusões” (MOREIRA E CANDAU, 2008, p. 33).

Os resultados encontrados permitem tirar as seguintes conclusões: Os negros foram e continuam sendo excluídos no contexto social, devido a toda uma composição histórica que favorece uns e menospreza outros, mas por meio da escola e do currículo que promoverão discussões sobre o conhecimento relevante em relação aos aspectos culturais das Irmandades, as nossas crianças e adolescentes através deste intercâmbio cultural poderão ter clareza sobre as diversas maneiras encontradas pelos negros para viver neste mundo, e nada melhor do que falar da realidade em que viviam a séculos atrás, onde estes (crianças e adolescentes) vivem atualmente. Observamos que uma parte da população paraibana desconhece as irmandades, quando se refere a sua riqueza cultural, não compreendem suas manifestações culturais através de encontros, festas e rituais que por sinal ainda permanecem em uso, mesmo que não possuam mais o mesmo teor do passado. Em suma, o currículo multiculturalmente orientado constituir-se-á um dos principais elementos para que a população entenda o representou para uma determinada sociedade as irmandades e o que representa para os dias de hoje, por meio de pequenas comunidades negras que continuam preservando os elementos profanos e sagrados que envolviam as festividades, as atitudes das associações fraternais (Irmandades). Atendendo as necessidades dos alunos e resgatando o aspecto popular e histórico do município através do estudo das Irmandades, possibilitando neste contexto escolar um diálogo com a realidade do estado, caracterizando seu caráter memorial e identitário.

¹ O sincretismo pode ser entendido como a “(...) tendência à unificação de idéias ou de doutrinas diversificadas e, por vezes, até mesmo inconciliáveis; amálgama de doutrinas ou concepções heterogêneas; fusão de elementos culturais diferentes, ou até antagônicos, em um só elemento, continuando perceptíveis alguns sinais originários (Dicionário: Aurélio Buarque de Holanda – Modo Digital).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alceu M. **Folclore Nacional I: Festas, bailados, mitos e lendas**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

AYALA, Marcos. **Cultura, etnia e identidade: memória e resistência na cultura popular**. In: As ciências Sociais: desafios do milênio. Natal: EDUFRRN/PPGCS, 2001, p. 508-516.

BORGES, C. M. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação dos temas transversais e ética. 3ª edição. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 8.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual. 3ª edição. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 10.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 43ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MACHADO, Cristina Gomes. Multiculturalismo – muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MATTOS, R. A. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, A. F. B e CANDAU, V. M. Currículo, Conhecimento e Cultura. In: **Indagações sobre Currículo**. Brasília. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica, 2008, p.17- 48.

MOREIRA, A. F. B e SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In ___ **Currículo, cultura e sociedade**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.7- 35.

PEREIRA, G. M, ANDRADE M. C. L. **Coach Carter ou segunda chance dos excluídos do interior**. In: Revista Educação. Especial 5: Bourdieu. São Paulo: Editora Segmento, 2007.

TOMAZ, Laycer. **Da sensala á capela=From sensala to chapel**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.